

Nasceu em 1922, faleceu em 1997
Morreu em Teresópolis no Rio de Janeiro - Brasil
Gonçalo Mesquitela

Era na altura do 25 de Abril de 1974:

- Vogal eleito da Assembleia Legislativa de Moçambique (desde 1959)
- Deputado, pela segunda vez, à assembleia Nacional, pelo Círculo de Moçambique.
- Vogal Eleito da Comissão Central da ANP.
- Vogal eleito, desde 1963, do Conselho Ultramarino

Em 1969, deixara de ser Presidente da união Nacional em Moçambique, para que fora nomeado pelo Dr. Salazar em 1960.

Até 1973, afastou-se de qualquer actividade que não fossem as representativas do Conselho Ultramarino e da assembleia Legislativa.

Teve intervenção directa em todos os estudos e discussões sobre a revisão da lei Orgânica do Ultramar (1962) e sobre o Estatuto Político-Administrativo das províncias (1964 - 1970)

Já em 1956, publicara um trabalho sobre o "Ultramar na Nação Portuguesa", em que defendera ampla autonomia administrativa e reforço da unidade nacional. Em 1973, apresenta uma tese ao Congresso da Acção Nacional Popular, em Tomar, em que defende a autonomia de cada província e a regionalização da Metrópole transformada em unidade autónoma também, subordinadas todas a um governo e uma assembleia Nacional de Cúpula, verdadeiramente nacionais, que permitissem o desenvolvimento da unidade nacional na diversidade dos interesses regionais sem sujeição de qualquer delas às outras, a não ser em obediência aos interesses gerais da nação Portuguesa.

Com Pimentel dos Santos, foi o orientador dos critérios que conduziram, em 1973, à eleição da assembleia Legislativa resultante da revisão dos estatutos Político-Administrativa, e na, qual, pela primeira vez, todos os grupos étnicos estavam representados em equilíbrio com os interesses regionais, económicos e sociais Moçambicanos.

Esta composição foi mais uma vez apontada como modelo das instituições representativas da evolução ultramarina portuguesa. Nela, as etnias não europeias tinham folgada maioria.

Toda a sua vida serviu desinteressadamente os sectores públicos, marcando sempre o orgulho com que dedicava grande parte de seu esforço em prol do Estado, sem dele nunca ter aceitado receber qualquer pagamento, mesmo de serviços profissionais.

Muito Prestou como consultor jurídico de direito público e político e, ainda, como Advogado. Desde 1959 exercia funções de administrador dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique, sem qualquer remuneração: foi responsável por amplas reformas e assumiu enormes responsabilidades naquele sector.

Apaixonado jornalista desde a juventude, colaborou em muitos órgãos de imprensa na Metrópole e em Moçambique: Fundou o seminário RENOVAÇÃO, em Lourenço Marques, que se publicou de 1960 a 1974, tendo estado sob sua orientação até 1969 e do qual foi também, durante algum tempo, director.

Quando se desenhou a crise de 1961, manteve durante 14 meses o programa diário "Comentário do Dia", no Rádio Clube de Moçambique" que teve mais decisiva influência na opinião pública, o que lhe valeu, no entanto, ter que enfrentar feroz campanha de inspiração comunista contra as suas actividades públicas e até profissionais.

O descrédito, a difamação e a calúnia que tentaram contra ele foram vencidos pela sua honestidade patente.

Teve do público em geral a consagração de eleições sucessivas para o antigo Conselho Legislativo (em relação ao qual sempre se recusou a ser incluído nos vogais de nomeação governamental), para a assembleia Legislativa e ainda para a assembleia Nacional.

Em Outubro de 1968, ao complementar oito anos de Presidente da União Nacional, foi objecto de uma das maiores homenagens individuais prestadas em Lourenço Marques, num banquete em sua honra no Hotel Polana, a que compareceram pessoas de todas as cores políticas e camadas sociais e étnicas. Meses depois, deixava esse cargo por desinteligências fundamentais com o que viriam a ser as primeiras sementes da desagregação completada no 25 de Abril.